

**O SILÊNCIO SOBRE O FILICÍDIO E A NECESSIDADE DE *VIGIAR E PUNIR*:
REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO**

**THE SILENCE CONCERNING FILICIDE AND THE NEED TO *DISCIPLINE*
AND PUNISH: REFLECTIONS ABOUT THE METHOD**

Elizabeth Bernardes Panerai¹

panerai@ibest.com.br

Resumo

Partindo do pressuposto que a evolução do comportamento social da humanidade é um processo lento e contínuo, este trabalho buscou uma relação entre a cultura civilizada, destacando o comportamento científico, e o comportamento humano anterior à transformação cultural que supostamente inaugurou o pensamento científico. Comparando teorias sobre a conduta do homem civilizado e do homem pré-histórico, observou-se que as idéias e relatos históricos de Michel Foucault sobre a organização social da atualidade reforçam a teoria psicanalítica freudiana sobre as raízes culturais da humanidade, sendo tal organização uma continuidade do comportamento arcaico anterior à civilização. A conduta científica, centrada no método, segue a mesma evolução.

Palavras-Chave: Filicídio, cultura, método.

Abstract

Beginning with the supposition that the evolution of the social behavior of humanity is a slow and continuous process, this work sought out a relationship between civilized culture, highlighting scientific behavior, and human behavior prior to the cultural transformation that supposedly inaugurated scientific thought. Comparing theories about the conduct of civilized and pre-historic humans, it was observed that the ideas and historical reports of Michel Foucault regarding current social organization reinforce Freudian psychoanalytic theory concerning the cultural roots of humanity, that organization being a continuity archaic behavior prior to civilization. Scientific conduct, centered on method, followed the same evolution.

Key Words: Filicide, culture, method.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Regional de Blumenau - FURB

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o comportamento científico da humanidade implica a compreensão histórica do mesmo, como considerou em muitas de suas obras Michel Foucault, a quem se deve parte do título e do objetivo deste artigo: buscar, na história da civilização atual, as razões manifestas, mas principalmente as latentes, que levaram a ciência a se organizar de uma forma e não de outra, introduzindo neste estudo idéias sobre Antropologia Psicanalítica, que acrescentam à discussão as razões que conduziram a História, por sua vez, a tomar os seus rumos. Tal discussão não deve ser confundida com a busca das origens, mas sim, com a busca das repercussões na ciência, especificamente no método científico, daquilo que não costuma ser dito sobre a natureza humana, de forma que não se dá atenção à comprovação de fatos históricos específicos, mas às suas vicissitudes.

Não se distingue também, aqui, o comportamento do cotidiano humano da criação do método científico; ao contrário, traça-se uma relação de interdependência entre eles, dentro dos limites da reflexão.

Inicia-se com pressupostos teóricos sobre algumas ocorrências e comportamentos pré-históricos; discute-se, ao longo de todo o artigo, a transformação desses comportamentos em elementos culturais e, por fim, relaciona-se a influência de ambos sobre o método científico. Não se apresenta uma análise sistemática do método, visto que este artigo não se propõe a combatê-lo, ao contrário, busca valorizá-lo, questionando as razões de suas imperfeições e distorções.

2 A CRIAÇÃO DO MÉTODO: VIGIAR O QUÊ E PUNIR POR QUÊ?

2.1 A PUNIÇÃO INTERNA.

A tendência humana para negar e silenciar suas características menos nobres, a solução fácil, mostrou-se ineficaz; serve, na maioria das vezes, para perpetuar estas disposições, como pensa Bettelheim (1989, p. 180): “Nunca conseguiremos dominar nossas tendências violentas enquanto prosseguirmos com a pressuposição de que por que a violência não *deveria* existir, poderíamos da mesma forma, agir como se ela não existisse.” Ao negar a

violência, impede-se que ela seja trabalhada no pensamento e cristaliza-se o comportamento.

Freud (1976c, p. 46), ao comparar os estudos sobre Antropologia Cultural e Social com sua prática clínica, observou que o homem civilizado, no seu esforço de transformar sua força instintiva (sexualidade e agressividade) em força produtiva, está muito próximo ainda do homem primitivo com relação às suas instituições, regras sociais (proibições e tabus) e ao seu comportamento *normalizador*. “O ponto de concordância mais evidente e marcante entre as proibições obsessivas dos neuróticos e os tabus é que essas proibições são igualmente destituídas de motivo, sendo do mesmo modo misteriosas em suas origens.” Freud (1976c, p. 46) afirmava que, no neurótico obsessivo, “não se faz necessária nenhuma ameaça externa de punição, pois há uma certeza interna, uma convicção moral, de que qualquer violação conduzirá à desgraça insuportável”, como acontece atualmente com relação ao horror ao incesto, à violação de certas normas religiosas (*Não matarás*) e, em outras proporções a outros tabus como, por exemplo, as transgressões ao método científico. Em qualquer tabu, explicações “lógicas” coexistem na tentativa de dissimular o caráter intrínseco de tabu das instituições.

Nas discussões antropológicas, Hoebel ; Frost (1990, p. 179) afirmam, da mesma forma que Freud, que ainda não foi descoberto um motivo lógico ou justificável dentro da biologia humana para a proibição do incesto: “A proibição do incesto não é instintiva; antes, está fundamentada em base social, não biológica”. No entanto, é universal, como observou Sagan (1997, p. 289): “Há sociedades que abandonam os velhos e os recém-nascidos, que comem os inimigos, que usam conchas, porcos ou moças como moeda. Mas todas têm um forte tabu do incesto, todas usam a tecnologia, e quase todas acreditam num mundo sobrenatural de deuses e espíritos [...]”.

Essa associação, quase sempre constante entre os tabus, as práticas religiosas e a barbárie primitiva, conduziu Freud a buscar um motivo inconsciente para a proibição ao incesto, o totemismo e a prática do parricídio. Freud (1976c, p. 40) descobre que em algumas tribos primitivas “a punição pela violação de um tabu era, sem dúvida, originalmente deixada a um agente interno automático: o próprio tabu violado se vingava.” Entretanto, acreditava

que nem sempre fora assim, em algum momento anterior à organização da horda primitiva, a punição foi real, da mesma forma que ainda é hoje com relação àqueles que infringem as leis. Mas e os demais, aqueles que não necessitam mais das leis para viverem em harmonia social, temem a quê?

Foucault (1999, p. 200) ao relatar os princípios que determinam o isolamento dos condenados nas prisões, permite uma relação destes com o isolamento social do indivíduo que, apesar de não infringir a lei, não respeita certas regras sociais, e conclui: “Não é, portanto, um respeito exterior pela lei ou apenas o receio da punição que vai agir sobre o detento, mas o próprio trabalho de sua consciência. Antes uma submissão profunda que um treinamento superficial [...]”. Ou seja, o transgressor da lei jurídica, científica, religiosa ou outra qualquer, deve acreditar como o neurótico obsessivo que o ato cometido é, de fato, uma transgressão digna de pena (nos dois sentidos), como descreve Elias (1993, p. 242): “O medo da transgredir as proibições sociais assume mais claramente o caráter de vergonha quanto mais perfeitamente as restrições externas foram transformadas, pela estrutura da sociedade, em auto-restrições”. Para uma “submissão profunda”, o indivíduo deve identificar-se com as idéias de seu perseguidor. Pensar da mesma forma que ele. Vigiar e punir a si mesmo da mesma forma que foi vigiado e punido, provavelmente sem saber por quê. As explicações para tal conduta, na maioria das vezes, são secundárias, desatualizadas e não respondem a uma lógica que a justifique.

Freud (1976a) percebeu também, nos pacientes, a tendência para internalizar o objeto perdido nas situações de luto. Seja qual for a perda: a morte de um familiar (em questão o parricídio), a separação do cônjuge, ou outra qualquer, faz com que o indivíduo passe a identificar-se com o objeto perdido, na tentativa de possuí-lo novamente (internamente) e, assim, redimir e silenciar a culpa por sua perda. Concluiu dessas e das observações anteriores que a primeira instituição humana, a primeira união de indivíduos com um objetivo comum, em sua percepção, o parricídio, deu origem ao totemismo e à proibição ao incesto: as primeiras leis da humanidade, o passo decisivo da civilização. Freud (1976c) imaginava que os filhos machos da horda primitiva, devido aos maus-tratos que recebiam do pai quando tentavam se aproximar

das fêmeas (mães e irmãs), foram obrigados a se unir para poderem matar o pai: “Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando um fim à horda patriarcal. [...]. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião”. (FREUD, 1976c, p. 170).

O totemismo e todas as suas formas simbólicas surgiram como veneração (luto) ao pai morto, institucionalizando o sagrado; e a proibição ao incesto, como internalização dos interditos ou idéias do pai. Os filhos passaram a pensar como o pai. Daí que todas as religiões estão baseadas em valores morais e proibições. “O pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo”. (FREUD, 1976c, p. 171).

A liberdade instintiva que supostamente teriam os filhos da horda primitiva após a morte do pai, foi uma ilusão garantida de geração a geração, uma vez que “toda renúncia ao instinto torna-se agora uma fonte dinâmica de consciência, e cada nova renúncia aumenta a severidade e a intolerância desta última”. (FREUD, 1976b, p. 152).

Racker (1982, p. 65, grifo do autor), seguindo Freud, explica que a tendência humana de perpetuação simbólica dos acontecimentos se deve ao fato de que o indivíduo “reproduz e *repete para não lembrar* seus impulsos inconscientes.”

Desenvolvendo suas concepções, Freud (1976c, p. 116) afirmava também que “a primeira realização teórica do homem foi a criação dos espíritos” e a idéia do sagrado (puro demais) e, junto com elas, com origem na mesma fonte – a do impuro. A primeira realização teórica foi um delírio. O sagrado “fundamentado” em idéias delirantes deu andamento aos princípios da civilização: pureza, limpeza e beleza.

Nas tribos primitivas tanto o sagrado como o impuro são tabus, e talvez seja esta a razão dos tabus atuais – mascarar o que há de impuro no sagrado e, com isto, apagar o sentimento ambivalente de amor e ódio a um mesmo objeto. A iniciação dos impuros na tentativa de tornarem-se sagrados acontece em rituais realizados por etapas e respeitam uma ordem hierárquica.

Há sempre um método a seguir que, implícita ou explicitamente dicotomiza, categoriza e segrega. Como diz Bauman (1998, p. 14, grifo do autor), “a pureza é uma visão da *ordem* [...]. O oposto da “pureza” [...] são coisas fora do lugar”.

Mas por que matar o pai para mudar a ordem? Não poderiam os filhos da horda primitiva substituir o incesto pela exogamia antes de matá-lo? Pela lógica freudiana não poderiam, pois não há por que simbolizar algo que está presente. O totem, assim, não existiria. A cultura civilizada atesta a existência do totem, já que a humanidade continua a matar o pai simbolicamente, enquanto existirem as religiões, as leis, os métodos e outras proibições. Sob o olhar psicanalítico, as razões da cultura as guardam em seu inconsciente, em silêncio, todos os seres humanos.

2.2 A PALAVRA PROIBIDA.

Rascovsky (1973) afirma que outro acontecimento mais doloroso à consciência humana, o filicídio, foi o que deu origem ao parricídio e que, para perpetuar o primeiro, a humanidade teve que negá-lo. Relata Rascovsky (1973, p. 45) que “a maior parte das concepções científicas ou religiosas insistiram enfaticamente sobre o parricídio, minimizando ou negando o crime essencial e genético, ou seja, o assassinato do filho ou suas variantes atenuadas, que constituíam exemplos para os filhos restantes.”

O ritual que se desenvolveu a partir do parricídio, como descrito pelas investigações arqueológicas, funcionaria à maneira dos rituais do neurótico obsessivo, ou seja, serviria para esconder a razão das proibições. Talvez o totemismo, a adoração ao pai, sirva para silenciar o filicídio e para poder, dessa forma, continuar a praticá-lo, numa identificação com a conduta filicida do pai.

Nem o parricídio nem o filicídio foram acontecimentos isolados ou homogêneos, já que havia variações (alguns eram acompanhados de canibalismo), mas sim faziam parte do comportamento vigente na época. Tampouco se pode precisar sua origem, apenas sua influência sobre o pensamento cognitivo: a racionalização dos sentimentos em busca de uma organização social que permitisse a sobrevivência.

Elias (1993, p. 247) relata que pouco tempo atrás, do séc. XIV em diante (considerando o todo até agora do processo civilizador), a convivência

humana passou por mudanças significativas: “A vida social deixou de ser uma zona de perigo – na qual os rega-bofes, as danças e os prazeres ruidosos, súbita e freqüentemente, se transformavam em fúria, pancadaria e assassinato – e tornou-se um tipo diferente de zona de perigo, se o indivíduo não conseguia conter-se o suficiente, se tocava em pontos sensíveis, tais como sua própria fronteira de vergonha ou o patamar de embaraço de outrem”.

Tais mudanças representariam dissimulações do comportamento arcaico anterior à civilização.

A negação sobre o filicídio é mostrada, segundo Rascovsky (1973), no próprio uso do termo. Há uma tendência em esconder o termo filicídio e substituí-lo por infanticídio, principalmente na jurisprudência criminal, explicando Rascovsky (1973, p. 30) que isto “conota a intensidade da defesa universal diante da revelação lingüística de um fato, e decreta o desterro da palavra filicídio como se fosse um tabu”. Concebe o referido autor que, a partir do filicídio primário, a sociedade organizou instituições permanentes de sacrifício dos filhos, como a guerra e outras. Diz Rascovsky (1973, p. 45, grifo do autor) que “não é casual que quase todos os exércitos do mundo, desde os tempos remotos, denominem *infantaria* a seus corpos mais sacrificados.”

Mas o assassinato dos filhos foi um preço muito alto pago pela humanidade para sair de uma organização individual e endogâmica para uma organização social e exogâmica, e o resultado histórico é que a civilização, para aplacar a culpa, perpetua o acontecimento. A culpa, quando inconsciente, exige um número sempre crescente de punições e conseqüentes renúncias instintivas. Seria a propósito questionar aqui, como o faz Lyotard (1997, p. 11, grifo do autor):

O que poderemos chamar de humano no homem? A miséria inicial de sua infância ou a sua capacidade de adquirir uma “segunda” natureza que, graças à língua, o torna apto a partilhar da vida comum, da consciência e da razão adultas? Num ponto estamos todos de acordo: esta última assenta e suporta a primeira. A questão é apenas de saber se esta dialética, seja qual for o nome com que a enfeitemos, não deixa vestígios.

Todas as formas de perpetuação do filicídio dependem de uma idealização das figuras de poder, de forma direta em relação aos pais, ou simbólica: a pátria, as figuras hierárquicas superiores e outras. O hino da pátria seria um reforço à idealização e à negação da submissão ao poder, como exemplifica Rascovsky (1973, p. 38) citando a *Marselhesa*, em que, “como em muitos exemplos semelhantes, particularmente no campo religioso, o dia da morte, negado como definitivamente final – é apresentado de forma idealizada como o dia da glória.”

*Allons enfants de la patrie,
le jour de gloire est arrivé [...],*

Se a pátria simboliza os pais, no hino do Brasil é possível encontrar as mesmas relações de filicídio concreto e idealização do poder:

*Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme quem te adora, a própria morte.[...]
Dos filhos deste solo és mãe gentil.[...]*

A *mãe gentil* seduz e encaminha para a morte? Como ensinar o hino da pátria para as crianças na escola, seria apenas uma das questões inerentes à teoria do filicídio primário, pois, dentro das formas de filicídio atenuadas pela civilização, estaria a manutenção da submissão e dependência dos filhos “exigida pelos padrões culturais universais que fundamentam o processo denominado educação”. (RASCOVSKY, 1973, p. 45).

Seguindo esse raciocínio, educa-se para evitar o parricídio. Mata-se primeiro o filho, ou, o que seria uma forma atenuada, as idéias (impuras, não científicas) do filho, em uma das formas mais graves de violência – a violência ideológica. O filicídio, seja na sua forma atenuada ou concreta, acontece “aqui e agora”.

Empiricamente o que se observa, na sociedade atual, é mesmo um número muito maior de repressões instintivas e interdições dos pais e professores aos filhos e alunos, respectivamente, do que o inverso, embora esse fato não fique impune, já que também é comum que esses pais sofram uma espécie de abandono por parte dos filhos ao chegarem à velhice e,

também, que professores recebam manifestações anti-sociais dos alunos ou outras reações. De qualquer forma, é muito recente ainda a denúncia de maus-tratos aos filhos e aos jovens, em geral. A necessidade da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (Lei 8069/90) é testemunha da submissão infantil e da tendência humana ao filicídio. Pensar que o ECA representa os primórdios de uma “terceira” natureza, a valorização da afetividade através da racionalidade, talvez seja esperar demais do estágio atual da civilização, embora ele represente um passo à frente no processo civilizador, mesmo considerando “outras” possíveis intenções (econômicas e políticas) do referido Estatuto. Uma destas intenções poderia estar relacionada com o fato de que o jovem desajustado ou socialmente excluído, em consequência de maus-tratos ou abandono, acarreta gastos excessivos ao Estado e, possivelmente, será um adulto pouco produtivo. O crescente número de “impuros” na sociedade atual, chama a atenção do poder, na medida em que representa uma ameaça ao sistema vigente.

Pela “lógica” religiosa, quanto maior a repressão instintiva imposta pela educação escolar ou familiar, melhor a adaptação social dos jovens. Por um outro raciocínio, que desvela o filicídio sob a moral religiosa, pode-se compreender que o processo de exclusão/inclusão social que ambigualmente acompanha a educação, não é um fenômeno agregado à civilização somente pelo sistema econômico atual, mas é um dos fundamentos da educação. Sob certa ótica, a educação exclui, quando produz inaptos e aptos. Dos primeiros lhes é excluída grande parte da possibilidade de ascensão social, e dos últimos toda possibilidade de autenticidade ideológica. A contradição está no cerne da civilização. “Um Estado que se crê coerente e que quer ser a expressão da vontade popular não pode deixar o campo livre à expressão florescente e divergente. Refletir os desejos do povo vai, portanto se inverter, tomar o sentido oposto: indicar ao povo quais devem ser seus desejos.” (ENRIQUEZ, 1999, p. 285). Em favor da ordem social (suposta), o desejo é aniquilado.

Mas, se parte da energia instintiva foi também usada pela civilização de forma sublimada para conduzir os empreendimentos humanos, reprimi-la em excesso ou abandoná-la a desvia de seus propósitos. O instinto de vida transforma-se automaticamente em instinto de morte: a identificação interna

com o perseguidor externo. O cristianismo, a morte do filho na cruz, decreta a lei cujo conteúdo latente é a permanência do filicídio em troca do processo civilizador – um engano milenar.

Lyotard (1997, p. 10, grifo do autor) resume a ambigüidade humana:

E se [...] for “próprio” do homem ser habitado pelo inumano?

Existiriam assim dois tipos de inumano. É indispensável mantê-los dissociados. A inumanidade do sistema em curso de consolidação, sob o nome de desenvolvimento (entre outros), não deve ser confundida com aquela, infinitamente secreta, de que a alma é refém. Acreditar, como aconteceu comigo, que a primeira possa substituir a última, dar-lhe expressão, é cair no engano. A conseqüência maior do sistema é a de fazer esquecer tudo o que lhe escapa.

3 A HISTÓRIA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SILÊNCIO

Orlandi (1997, p. 38), ao estudar as formas do silêncio, descreve uma “progressão histórica do silêncio para a verbalização”, conforme avança a civilização e a racionalidade humana. Do mito (mais silêncio) à ciência (menos silêncio), desembocando em discursos científicos diferentes que falam da mesma coisa. Ou seja, contrariamente ao que pode parecer, a linguagem desenvolvida pela humanidade tem o propósito, entre outros, de silenciar. Enquanto se fala de uma coisa, cala-se outra. Fala-se de racionalidade, mas se esquece de alguns de seus efeitos na sociedade. E o método científico, por sua vez: “Dá forças a um conformismo sombrio e fala de verdade; leva à deterioração das capacidades intelectuais, do poder da imaginação e fala da introvisão profunda; destrói o mais precioso dom da juventude – o enorme poder da imaginação – e fala em educar”. (FEYERABEND, 1989, p. 57).

Também a “logofilia” da sociedade ocidental, descrita por Foucault (1996, p. 50), na verdade esconderia o medo de perder o controle sobre o

silêncio, sobre os não-ditos que revelariam sentidos de que a sociedade não quer ter consciência. Conhecimento e linguagem são interdependentes.

A valorização da intelectualidade na sociedade civilizada apresenta uma razão e um curso. As proibições sobre as pulsões descontroladas, sejam elas externas ou internas, foram pouco a pouco causando transformações sobre as tensões decorrentes da convivência humana. Como afirma Elias (1993, p. 237, grifo do autor), no curso do processo civilizador “a “consciência” torna-se menos permeável às pulsões e as pulsões menos permeáveis à “consciência””. A nova ordem, a racionalidade, instituiu o silêncio.

Entretanto, o silêncio é apenas uma ilusão, quando na anamnese dos condenados das prisões, descritos por Foucault, se observa que tais indivíduos sofreram uma repressão instintiva muito maior do que aqueles que respeitam as leis. Um não-dito aparece. O instinto, outrora livre, não está liberto agora nas manifestações anti-sociais dos detentos. A submissão imposta a eles foi muito mais profunda e conseqüentemente a identificação com o pai filicida também. Não existe aquele que esteja isento do processo civilizador e de seus “efeitos colaterais”. O mesmo já foi dito sobre a delinqüência juvenil e, também, sobre o chamado fracasso escolar em diferentes proporções. “O mais alto grau de racionalidade e inibição de paixões, porém, pode também, em certas situações, exercer um efeito debilitador e prejudicial. A “civilização” pode ser uma faca de dois gumes”. (ELIAS, 1993, p. 235, grifo do autor).

E a ciência, da mesma forma, não está fora do processo civilizador. “A civilização pouco tem a temer das pessoas instruídas e dos que trabalham com o cérebro. Neles, a substituição dos motivos religiosos para o comportamento civilizado por outros motivos, seculares, se daria discretamente; ademais, essas pessoas são em grande parte, elas próprias, veículos de civilização”. (FREUD, 1976b, p. 52).

Lutas internas e externas fazem parte da tradição científica. O progresso da ciência sempre esteve às voltas com a irracionalidade, com os modismos e com a falsa ciência, como percebeu Sagan (1997, p. 20): “A ciência desperta um sentimento sublime de admiração. Mas a pseudociência também produz esse efeito”.

Mas estarão as lutas internas dissociadas das lutas externas? Quem faz a ciência possui uma natureza diferente daqueles que não a praticam?

Uma primeira relação entre a ciência e as ocorrências históricas e pré-históricas já é possível aqui: a organização do pensamento, a criação de normas para um determinado grupo e o desenvolvimento de uma ética interna duvidosa (desde que deve ser constantemente reforçada) devem vencer a irracionalidade, a espontaneidade instintiva e a curiosidade inata. Se o ganho secundário, a compensação pela renúncia instintiva a que foi submetida a civilização foi o capital, como sugere Freud (1976b), a ciência obteve, além deste, o prestígio científico – o saber como forma de poder. Capitaliza-se o conhecimento, pois “temos que admitir que o poder produz saber [...], poder e saber estão diretamente implicados”. (FOUCAULT, 1999, p. 27).

Também segundo Lyotard (1997, p. 76), o capital “não é um fenômeno econômico e social. É a sombra que o princípio da razão projeta sobre as relações humanas. [...] O capital não governa o conhecimento da realidade, mas dá realidade ao conhecimento.”

Dizer que o capital é um elemento “inventado” pela civilização ou acrescentado a ela, ou ainda que foi criado pelo interesse de alguns, é um engano que anula a participação do capital na formação da civilização. O interesse de poder de uns sobre os outros já existia, de outras formas, muito antes de o homem pensar no capital. A civilização não foi programada. Antes, poder-se-ia dizer que o capital é um sintoma da civilização, uma forma atenuada (?) de submissão que foi, aos poucos, substituindo outras formas incompatíveis com o processo, como a violência física, que se tornou uma forma ilícita de relacionamento humano para os governados, sendo permitida somente aos governantes, mantendo intrinsecamente a mesma organização filicida patriarcal.

Do filicídio primitivo ao capitalismo/cristianismo houve uma evolução no tempo acompanhada por uma espécie de amnésia coletiva. Poder-se-ia dizer que a intelectualização e o desenvolvimento da racionalidade foi inversamente proporcional à memória. As formas de violência tornaram-se mais refinadas, como afirma Bauman (1998, p. 257), e as pessoas se

acostumaram “a promover a opressão sob o disfarce da emancipação” e, também, sob o disfarce do progresso científico. O grande silêncio da ciência.

Apesar das pulsões primitivas, no indivíduo civilizado, encontrarem-se em outra dimensão, inacessível à razão e à linguagem, não há, como diz Foucault (1999), uma fronteira bem delimitada entre ciência e violência, de tal forma que a arte de punir se cobre de cientificidade e legalidade. Então: “Em lugar de tratar a história do direito penal e das ciências humanas como duas séries separadas [...], verificar se não há uma matriz comum e se as duas não se originam de um processo de formação “epistemológico-jurídico”; em resumo, colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem”. (FOUCAULT, 1999, p. 24, grifo do autor).

Assim, “Vigiar e Punir” são os métodos pré-histórico e histórico, não só de controle social, mas também de legitimação e perpetuação da violência, bem como da aquisição e distribuição do conhecimento e do capital. E ambos não poderiam persistir sem o desenvolvimento da linguagem e de seu correspondente e inseparável silêncio. Há mais para silenciar e, portanto, para falar também, já que “não existe silêncio que se faça escutar como tal e não faça pois qualquer ruído. Entre silêncio e som, entre criminoso e polícia, entre inconsciente e consciente, a mesma intriga, no fundo, trama uma intimidade”. (LYOTARD, 1997, p. 36).

4 O MÉTODO: RITUALIZAÇÃO E TOTEMISMO CIENTÍFICOS

O método científico é um ritual formado por regras que devem ser seguidas com o propósito manifesto, por exemplo, de buscar uma linguagem científica universal (organizar as tensões entre determinado grupo humano), entre outros, mas principalmente com o propósito de fazer valer a razão acima da emoção, como se razão e emoção fossem sempre excludentes entre si e como se isso fosse possível. (Des)razão da ciência?

Se a percepção da realidade depende também dos sentimentos que ela desperta no observador, ou seja, de que a função mental da atenção (interesse) esteja voltada para a realidade externa, ou seja ainda, que a razão depende da relação afetiva entre objeto e observador, pode-se afirmar que,

quando se exclui a emoção, a razão fica seriamente prejudicada. A emoção é real, é um fato que ainda permanece obscuro, quer para a ciência tradicional, quer para as ditas tendências pós-modernas. Talvez de forma mais problemática para estas últimas, na medida em que tais tendências negam, muitas vezes, a própria existência humana. Mais um engano.

Questiona-se, entretanto, o uso que se faz da razão. “Em nome da Razão” tudo pode ser feito, tudo pode ser dito, inclusive o desenvolvimento de sintomas psíquicos como a intelectualização dos sentimentos. A intelectualização é um mecanismo de defesa psíquico, no qual o indivíduo, para não ter que se confrontar com suas emoções, racionaliza-as, procurando dar-lhes uma explicação lógica, mas que, inevitavelmente, torna-se estereotipada na medida em que, junto com a repressão do afeto, aparece no indivíduo um forte comprometimento do juízo de realidade e da capacidade de julgamento. Enriquez (1999, p.19-20) afirma que a racionalização, como um sintoma perverso, “resultará em discursos e condutas convictas, como por exemplo, sobre a inferioridade fisiológica das mulheres ou dos negros, sobre a astúcia dos judeus”, e outros, de produção mais elaborada, mas da mesma forma carentes de reflexão. Como a repressão interna (afetiva) não é seletiva, instala-se a confusão mental. Talvez, por este motivo, ao avesso, o relativismo científico acaba por perder a objetividade necessária para tratar das emoções. Se todas as hipóteses são verdadeiras, não há mais porque investigar; desaparece a curiosidade científica, a pesquisa e, conseqüentemente, a própria ciência.

“E a razão, por fim, reúne-se a todos aqueles outros monstros abstratos, como Obrigação, Dever, Moralidade, Verdade e seus antecessores mais concretos, os Deuses, que já foram usados para intimidar o homem e restringir-lhe o livre e feliz desenvolvimento – e se vai desvanecendo [...]”. (FEYERABEND, 1989, p. 279). Poderá a pseudociência ser, em parte, um produto da dificuldade da ciência em lidar com as emoções?

A curiosidade científica autêntica (e por isto mesmo instintiva), aquela da qual a ciência se originou, parece que, em um determinado momento histórico, cometeu uma espécie de parricídio intelectual e perdeu suas referências, ao mesmo tempo em que assassinou em massa seus

descendentes. A partir disso, não havia mais o que questionar, bastava seguir o método. Tabu seria, então, questionar o próprio método, que se tornou sagrado. Feyerabend (1989) trata da perda da espontaneidade científica por submissão ao método. E se a curiosidade científica é uma espontaneidade, talvez a mais importante na tentativa de vencer o paradoxo avanço/retrocesso na ciência, o quanto a submissão ao método interfere no avanço científico é uma questão que faz parte das lutas internas da ciência – a razão a serviço da irracionalidade. Isso ocorre de forma semelhante, algumas vezes, ao paciente obsessivo de Freud que, de tanto lavar as mãos com o propósito de evitar uma infecção, infecta-se porque perde a proteção natural da pele. O neurótico obsessivo não se interessa mais em questionar como prevenir a infecção, o método passa a ser mais importante.

Segundo Demo (1996, p. 8), o questionamento é a chance que o sujeito tem de sair da condição de “massa de manobra”, de submissão às situações que lhe são impostas.

Há que se questionar, talvez, em que realidade se fundamenta o método científico e a que propósitos responde. Há o propósito de esconder o sujeito-pesquisador e a intencionalidade? Ou mascarar o que há de impuro no sagrado? O que o método silencia?

Lyotard (1989, p. 26) também questiona: “Quem decide o que é saber e quem sabe o que convém decidir?”

Ninguém sabe, mas, uma vez decidido, toma-se o método como um tabu, e a pesquisa, assim, deixa de servir ao real; ao contrário, o pesquisador submisso ao método submete também a ele a realidade. Perde a lucidez.

A apresentação do problema de uma pesquisa qualitativa, por exemplo, é algumas vezes um “problema” para o pesquisador que está iniciando. Se não há um problema que justifique a pesquisa, o pesquisador, investido do poder que lhe atribui a ciência, inventa um. Utiliza-se do delírio, agora legitimado, para produzir uma realidade e fazer crer aos demais, que tal realidade é um problema de fato, porque a emoção que lhe permitiria observar a riqueza da realidade externa deve (precisa) estar reprimida, ou melhor, estar desviada para o ganho secundário, o prestígio ou outro qualquer, porque a espontaneidade não faz parte do método. Provavelmente, por esse caminho,

tal pesquisador finalizará a pesquisa com conclusões “científicas” que, com o propósito de manter uma lógica interna, deverão ser desdobramentos do delírio inicial. “E surge a impressão de se haver, finalmente, alcançado a verdade. Torna-se evidente, ao mesmo tempo, que se perdeu todo o contato com o mundo e que a estabilidade atingida, a aparência de verdade absoluta, não passa do resultado de um conformismo absoluto”. (FEYERABEND, 1989, p. 56).

Supondo, agora, que um pesquisador possa, através de sua emoção e de seu interesse pelos demais, identificar um problema socialmente relevante que oriente sua pesquisa, não poderá da mesma forma instituir categorias fixas de análise sob o risco de manipular os dados de forma tendenciosa. A intencionalidade deixa de ser trabalhada no pensamento e passa a ser *aparentemente* descartada, influenciando de forma negativa a análise dos dados.

Na construção de categorias de análise, a “irracionalidade” do método anula as relações entre as “partes” da realidade. De forma lúdica, poder-se-ia questionar como o faz Neruda (1983, p. 97): “E como se chama esse mês que está entre dezembro e janeiro?” Neruda desvela tudo o que a ciência torna incompatível e inexistente dentro do sistema de categorias, ao mesmo tempo em que demonstra, sem necessidade de fundamentação teórica nenhuma, que, na verdade, dezembro e janeiro não existem. Mas se, por convenção (ou falta de imaginação), acredita-se que dezembro e janeiro existem, não se necessita mais da ciência nessa questão.

A dicotomização na construção de categorias e o delírio do pesquisador ao introduzi-las são discutidos epistemologicamente por Gamboa (1995, p. 12, grifo do autor): “A lógica dualista, que parece estar por trás desse conflito, fecha o raciocínio em alternativas que excluem outras opções. Utiliza-se na discussão a lógica formal do “terceiro excluído”. Nesse sentido, pergunta-se: quais das abordagens estariam entre essas terceiras opções excluídas?” Construir categorias fixas, então, é permitir que o delírio se inscreva na legalidade do método. Seqüelas da pré-história?

Eco (2000, p. 11) aborda, entre outras questões, especificamente, o problema de teses demasiado confusas e informais, “mais próximas de um

poema lírico que de um estudo científico”, embora não descarte a possibilidade remota de que o candidato seja uma espécie de gênio, que não foi compreendido pela banca na ocasião da apresentação de sua tese. “Como pretender que uma banca ocupada em examinar não uma, mas inúmeras teses, se aperceba imediatamente da magnitude desse corredor solitário?”. (ECO, 2000, p. 11-12).

Diminuindo a intensidade do exemplo dado por Eco, para poder generalizar, visto que os gênios são a exceção, dir-se-ia que o conflito causado por novas idéias, ou, em alguns casos, por apenas um pequeno desvio da regra, deve-se à banca e não ao candidato. A incapacidade de ter uma atitude científica não é do candidato. Novas idéias relativas ao método, muitas vezes, não são bem vistas; seja por excesso de trabalho da banca ou outro motivo qualquer, a aprovação da tese ficará limitada ao fato de esta possuir uma lógica interna, ou seja, de que o método não seja violado. A Santa Inquisição, quando percebia alguma ameaça, colocava-a em segundo plano e valorizava a regra. Marginalizar e silenciar a questão mais importante é uma estratégia antiga.

Quem perde? A ciência, da qual passam a fazer parte inúmeras teses e dissertações sem expressão e destituídas de interesse para os demais. Se é na informalidade do dado empírico ou das relações sociais, no caso das Ciências Humanas, que são feitas as maiores descobertas ou são ditas as coisas mais importantes entre os seres humanos, o método, muitas vezes, anula essa possibilidade, trai a ciência. E se a tendência na ciência é seguir a tradição, fazendo-se respeitar o método como a qualquer outro tabu, em detrimento da curiosidade científica, mata-se, assim, o filho, representado pelas características jovens da ciência, as novas idéias; e adora-se o totem, tido como sagrado, já que detém o saber, e ao mesmo tempo temido por seus poderes mágicos punitivos de exclusão. Mas é pela mesma tradição que o descendente do totem, o filho impuro, terá a eterna promessa de tornar-se ele próprio sagrado, desde que respeite o método. A identificação com o perseguidor, a “submissão profunda” (FOUCAULT, 1999) se impõe.

Devido ao estresse coletivo causado pela barbárie primitiva, talvez a humanidade tenha cometido um engano quando privilegiou a razão em

detrimento da emoção, de forma “inumana”, como afirmou Lyotard (1997), buscando aquilo que ainda hoje não tem: a racionalidade. O que conseguiu até agora foi corromper a afetividade, quando poderia (?) de forma “mais racional”, usar a razão a serviço da emoção. A perversão se deu na inversão dos termos.

Outras questões referentes ao método poderiam ser apontadas como exemplo e discutidas, mas excederiam os limites deste artigo.

5 FINALIZANDO...

Caso se acredite que um comportamento que se manteve por no mínimo 5 milhões de anos durante o processo de hominização não desaparece em 12 mil anos de civilização, deve-se, talvez, tentar compreender que transformações sofreu esse comportamento até chegar à organização atual da sociedade para entender um pouco mais sobre as disposições humanas.

Elementos como religião, política, economia, organização familiar e social não foram criados pelo homem durante o processo civilizador, não são artifícios. Não houve escolha em tê-los ou não, e, por isto mesmo também não há escolha em “devolvê-los”. Não se sabe para quem, ou onde devolvê-los ou como se desfazer deles, apesar da insatisfação de muitos, por exemplo, com o sistema político atual.

Tampouco se quer voltar à organização da horda primitiva. A civilização, apesar de seus sintomas secundários, representou a sobrevivência; não foi programada, foi o que o homem pôde fazer com as condições internas (psíquicas) e externas que possuía na época. Também não houve época, comparando o comportamento arcaico com o atual; poder-se-ia dizer que o processo, que provavelmente tem mais de 12 mil anos, mal começou.

Mas o preço pago pela civilização é alto. Durante o processo civilizador, a troca das pulsões instintivas pela segurança física e pela ilusão do bem-estar gerou uma dívida impossível de pagar. Deve-se sempre alguma coisa, não se sabe a quem. Entre outras, deve-se estudar mais, trabalhar mais e ganhar mais. A discussão sobre o conteúdo daquilo que deve ser estudado ou a liberdade de escolha ideológica gera um conflito, um desconforto no consagrado método de “Vigiar e Punir”. A responsabilidade por uma troca tão

injusta é do Estado, da religião, da ciência? Serão, estes, elementos independentes entre si?

Se o capital e a religião não estão dissociados do comportamento primitivo, menos ainda o método científico. A ciência, apesar de ser imposta à humanidade, não exatamente da mesma forma que a religião, mas como esta, influenciar a conduta e o viver humanos, também responde aos desejos humanos mais profundos e distantes da consciência e da razão.

Atualmente, não se deve esperar que alunos insatisfeitos realizem uma refeição totêmica sacrificando o professor no refeitório da escola, mas pode-se imaginar as repercussões na conduta de um pesquisador quando a figura de autoridade do professor é substituída pelo método.

A transformação de uma figura humana em uma idéia é um marco (interno, psíquico) da civilização, independente de qualquer época, que requer uma capacidade de abstração e, conseqüentemente, de simbolização que repete aquela dos primórdios da civilização. Um mecanismo psíquico está por trás do desenvolvimento social: transformar (mascarar) para perpetuar - substituir o pai pelo totem, Deus pela ciência, e em outra dimensão, o professor pelo método. É mais difícil lutar contra uma idéia; por mais descontrolados que sejam os impulsos agressivos de seu opositor, ela persiste, muitas vezes, independente de qualquer ataque.

Se o progresso da ciência possui estreita relação de dependência com o método científico, manter a capacidade de questioná-lo sem perder de vista a ideologia científica, ou discutir estratégias para não pertencer ao grupo dos “vigiados e punidos” pelo método, talvez sejam armas eficazes na luta contra a irracionalidade dentro da própria ciência. Embora também seja da natureza do método perpetuar a discussão.

Conta-se informalmente, no meio psicanalítico, que Ernest Hemingway (autor de “O Velho e o Mar”), certa vez, quando assistia a uma palestra sobre Antropologia Psicanalítica, perguntou ironicamente ao palestrante: *Bem, agora que já temos a civilização, por que não podemos voltar ao incesto?*

- *Não podemos*, supostamente dir-se-ia a Hemingway. Tabus e métodos, sejam eles quais forem, estruturam a “segunda” natureza do homem. Considerando o desenvolvimento atual da civilização, talvez o que se possa

fazer no momento seja substituir um método por outro, a exemplo de outras revoluções cuja vitória resulta na confirmação do sistema anterior. Entretanto, o diálogo Hemingway-palestrante (seja um acontecimento verdadeiro ou não) aponta, implicitamente, para a armadilha que se apresenta quando determinado grupo humano ignora as razões de suas ações. Vazio do conhecimento preenchido automaticamente pelas mais variadas e obscuras motivações. Anticiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. O. **Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BETTELHEIM, B. **Sobrevivência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- CMDCA/Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Lei 8069/90.
- Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**. Blumenau: Nova Letra, 1999.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- ECO, U. **Como se Faz uma Tese**. 15. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 2000.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ENRIQUEZ, E. **Da Horda ao Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- FEYERABEND, P. **Contra o Método**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **Vigiar e Punir**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREUD, S. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. **Luto e Melancolia**. Vol. XIV, 1976a.
- _____. **O Mal-estar na Civilização**. Vol. XXI, 1976b.
- _____. **Totem e Tabu**. Vol. XIII, 1976c.
- HOEBEL, E. A; FROST, E. L. **Antropologia Cultural e Social**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- LYOTARD, J.F. **A Condição Pós-moderna**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1989.
- _____. **O Inumano**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1997.
- NERUDA, P. **Livro das Perguntas**. 2. ed. Porto Alegre: L & PM, 1983.
- ORLANDI, E. **As Formas do Silêncio**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1997.

RACKER, H. **Estudos sobre Técnica Psicanalítica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

RASCOVSKY, A. **O Assassinato dos Filhos**. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.

SAGAN, C. **O Mundo Assombrado pelos Demônios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1995.